

Caubóis e Caipiras. Os *land grant colleges* e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa

Maria das Graças M. Ribeiro

Resumo

O artigo apresenta um estudo comparativo entre os *land-grant colleges* e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV). Pretende examinar o modo como a Escola adotou o modelo daqueles *colleges*, considerados a base da moderna educação superior de massa nos Estados Unidos. O estudo conclui que o processo de assimilação do modelo se completou no final da década de 1940, quando acordos de assistência técnica foram firmados com organismos norte-americanos. Tais acordos contribuíram para que a ESAV se tornasse universidade rural e, mais tarde, para envolvê-la nos programas da *United States Agency for International Development* no Brasil.

Palavras-chave: Educação Comparada; Escolas Agrícolas; Educação Superior.

Abstract

The paper presents a comparative study between the land-grant colleges and the *Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV)*. It intends to examine the way this school has adopted the land-grant college model which is considered the basis of the modern mass higher education in United States. The study concludes that the process of assimilation was completed at the end of 1940s, when agreements of technical assistance were signed with American organisms. These agreements have contributed for *ESAV* to become into a rural university and later they involved the institution with United States Agency for International Development's programs in Brazil.

Key-words: Compared Education; Agricultural Colleges; Higher Education.

Introdução

O presente trabalho desenvolve uma análise comparativa entre os *land-grant colleges*, escolas superiores agrícolas, criadas no oeste e no meio-oeste dos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), a qual, inaugurada em 1926, deu origem à atual Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Consciente das dificuldades relativas à realização dos estudos comparados em educação, tratei, na investigação, de identificar as similaridades e as diferenças da escola mineira com aqueles *colleges*, atenta às recomendações de Gvirtz (2001) no sentido de considerar que objetos ou problemas comparáveis se constituem de acordo com condições de caráter histórico-social.

Desse modo, além de ressaltar o contexto sócio-histórico que constituiu o pano de fundo para a criação daqueles *colleges* e aquele que constituiu o cenário da criação da ESAV, levanto como pontos de comparação as finalidades proclamadas nos atos de criação das instituições mencionadas; a forma como se constituiu a administração das instituições, em ambos os casos, e principalmente os eixos sobre os quais foram organizadas as suas atividades.

Para o estudo dos *land-grant colleges* foi consultada uma ampla literatura, tendo a atenção recaído principalmente nos estudos de Barrow (1990) sobre a constituição do sistema de educação superior dos Estados Unidos e de Bowman (1962) sobre a importância que tiveram os *land-grant colleges* no que diz respeito à formação de pessoal naquele país. Para o estudo da Escola Superior de Viçosa procedeu-se a um amplo levantamento de fontes documentais que permitiu o exame de atas de reuniões, relatórios, cartas, convites, fotos, regimentos, estatutos, boletins, circulares e outros documentos produzidos pela ESAV, além de decretos e leis editados pelo governo do estado de Minas Gerais.

Tomando por base categorias como modernização agrícola, ensino superior agrícola, educação rural e extensão rural, o trabalho pôs o seu foco sobre o período que tem início em 1862, quando o Presidente Lincoln assinou o *Morrill Act* que deu origem aos *land-grant colleges*, e se encerra em 1948, quando a ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).

Os land-grant colleges

No início do século XIX, os Estados Unidos poderiam ser caracterizados como um país agrícola com 85% de sua população vivendo no meio rural. Eram ainda poucas as pequenas cidades ao longo da costa leste e não se fizera ainda a ocupação do Oeste. A sociedade norte-americana se pautava então por uma forte fé religiosa.

Até então, o país contava com um número significativo de *colleges*, inspirados nas universidades de Oxford e Cambridge, os quais estavam voltados, de um lado, para a formação dos futuros pregadores e, de outro, para o conhecimento clássico dos jovens *gentlemen*. Os que buscavam uma educação mais erudita iam para a Europa, principalmente para a Alemanha. Foi somente a partir de 1825 com mudanças curriculares realizadas em Harvard que apareceu a moderna universidade norte-americana. A pesquisa científica, contudo, só se desenvolveria a partir do final do século XIX com a criação da Universidade John Hopkins (Kerr, 1967).

Tal experiência se fez simultaneamente à emergência dos *land-grant colleges*. Estes foram instituídos a partir da promulgação da Lei Morrill pelo Congresso Nacional, em 1862. Esta lei vinha contemplar a reivindicação dos fazendeiros de uma educação vocacional, liberando terras federais para a venda nos estados com o fim de que as receitas resultantes fossem usadas para o treinamento de jovens para a agricultura e as chamadas artes mecânicas.¹

Segundo Kerr (1967, p.23), a experiência de Hopkins e o movimento do *land-grant college* se constituíram como “*duas correntes*” que

acabaram por tornar-se mais conciliáveis do que se podia crer. Uma era, na origem, prussiana, a outra americana; uma se destinava à elite, a outra era democrática; uma era puramente universitária, a outra era sustentada por suas relações com a terra e com as máquinas. Uma dependia de Kant e Hegel, a outra de Franklin, Jefferson e Lincoln.

1 Para alguns autores (Bowman, 1962; Kerr, 1967), o Senador Morrill, que deu nome à lei, ao mesmo tempo em que se preocupava com a distribuição de terras públicas para grupos privados e com a deterioração do solo nas fazendas norte-americanas, também considerava necessário um novo tipo de educação mais adequada às necessidades do homem do campo. Para Cowley & Williams (1991), no entanto, a idéia de Morrill foi originalmente mais voltada para liberar as terras federais para a especulação do que para promover educação.

Referindo-se à Lei Morrill, o grande educador brasileiro Anísio Teixeira (1998, p.57), afirmaria que “*nenhum outro ato seria de maior alcance para a educação superior na jovem república*”.

De todo modo, como afirma Bowman (1962, p.526), “[...] *quando o Morrill Act passou não ficou claro de todo o que exatamente os colleges deveriam ser e fazer*”. Para a autora, embora não estivessem evidentes, então, certas características básicas destas instituições, passados os anos, elas podem ser identificadas: a pesquisa aplicada e a difusão da escolarização e do conhecimento. Além destas, o conceito de *undifferentiated American*. Foi isto, segundo Bowman (1962), que fez o sistema de educação superior americano único no mundo.

Bowman (1962) também chama atenção para a contribuição dos *land-grant colleges* no que diz respeito ao ensino superior para mulheres. Ainda no século XIX, estes *colleges* rompiam a “*barreira do sexo*”, proporcionando um tipo específico de educação prática para as mesmas dando origem assim aos cursos de economia doméstica.

A ESAV

Em 1920, quando ocupou o governo de Minas Gerais, Arthur Bernardes assinou a lei n.761, que autorizava a criação de uma escola superior agrícola sob a responsabilidade daquele estado. Em 1922, o governo mineiro assinou um ato criando, em Viçosa, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais. A Escola foi finalmente inaugurada, em 28 de agosto de 1926, pelo viçosense Arthur Bernardes então Presidente da República.

O Regulamento da ESAV, aprovado ainda naquele ano, caracterizava a instituição como um estabelecimento essencialmente agrícola, cuja finalidade era a aquisição e a difusão de conhecimentos relativos “*à economia rural*”, em todos os seus graus e modalidades.

O ensino na Escola era gratuito e funcionava em regime de internato e externato. Primeiramente, começaram a funcionar os cursos elementar e médio. O curso superior de agronomia somente teve início em 1928 e o de veterinária em 1932. Logo depois foram criados cursos de especialização, com duração de dois anos, que destinavam-se a formar especialistas em Agronomia ou em Veterinária.

O Curso Elementar foi extinto em 1947 sob a alegação de que estava “*sendo mais usado pelos alunos como mera passagem para o Curso Médio e, portanto, desviado de seus objetivos*” (Borges *et al.*, 2000, p. 21).

Para o funcionamento dos seus cursos superiores, a ESAV contava, em 1931, com quinze departamentos: Agronomia; Anatomia; Cirurgia Veterinária; Clínica Veterinária; Economia e Legislação Rural; Engenharia Rural; Fisiologia; Fitopatologia; Horticultura e Pomicultura; Matemática e Contabilidade Agrícola; Microbiologia e Parasitologia; Química; Silvicultura; Solos e Adubos; Zootecnia.

No final da década de 1930, novos departamentos foram criados, destacando-se os de Genética, Experimentação e Biometria e o Departamento de Educação Rural.

Foi também na década de 1930 que teve início a prática da pesquisa na ESAV, sendo a atividade coordenada por professores catedráticos. Em 1939, foi lançada a revista Ceres, primeira de caráter científico editada pela instituição.

Além destas atividades, a Escola desenvolveu um trabalho de assistência sistemática junto aos agricultores da Zona da Mata mineira, o que acabou por projetá-la para além das fronteiras de Minas Gerais.

A partir de meados dos anos 1930, no entanto, a ESAV começou a viver uma fase de profundas dificuldades. Com pagamentos atrasados em até seis meses, alguns professores pediam demissão. Além disso, eram grandes as dificuldades para a aquisição de material e para manter o funcionamento regular da Escola.

Não obstante tais dificuldades, a Escola obteve o reconhecimento oficial do governo federal em 1935. No ano seguinte, todavia, o governo estadual cassou a sua autonomia, suprimindo seu órgão máximo – a Junta Administrativa – e nomeando um coronel para a sua direção.

Segundo relatos memoriais de ex-alunos e ex-professores, havia neste período muitos boatos afirmando que a Escola seria desativada, dando lugar a um quartel de polícia. Para completar, em 1942, a Escola de Veterinária era subtraída da ESAV, sendo transferida para Belo Horizonte.

Segundo estes relatos, foi um elemento decisivo para tirar a instituição daquela crise o impulso oferecido por entidades norteamericanas que com ela firmaram, a partir de meados dos anos 1940, alguns acordos de cooperação.

Desse modo, em 1948, quando a ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), pela lei n.272, os problemas pareciam estar superados.

Pontos de comparação

Entre os poucos estudos realizados sobre a história da Universidade Federal de Viçosa, há um consenso em relação ao fato de Arthur Bernardes ter pensado a instituição, desde o início, como um *land-grant college* (Borges *et al.*, 2000; Capdeville, 1991; Paniago, 1990). Chega-se mesmo a afirmar que, em 1920, Bernardes, admirado com o que ouvia a respeito das escolas superiores agrícolas norte-americanas, teria solicitado ao embaixador brasileiro em Washington o empenho para a indicação de um especialista que viesse implementar o projeto da Escola de Viçosa, havendo indícios de que somente o terceiro nome sondado teria aceito a missão (E. Coelho, 1996, p.16 e p.24).

Na verdade, conforme afirma José Murilo Carvalho, Bernardes, ao pensar na criação da ESAV, teria convidado inicialmente para coordená-la o francês Eugene Davenport, responsável pela organização da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, de Piracicaba. Por se sentir em idade avançada para a tarefa, Davenport teria indicado o nome de um professor norte-americano – o Professor Peter Henry Rolfs, o qual teria então tomado como referência o modelo dos *land-grant colleges* (Carvalho, 2002).

Vindo do *Florida Agricultural College*, onde era diretor desde 1915, Rolfs chegava a Viçosa em 1921, assumindo imediatamente a direção dos trabalhos de construção da Escola. Com a sua inauguração, foi nomeado seu primeiro diretor, cargo que manteve até 1929, quando transferiu-se para Belo Horizonte para exercer a função de Consultor Técnico da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais.

A despeito de muito orgulhar a comunidade da Universidade Federal de Viçosa, a afirmação de que a ESAV foi um *land-grant college* no Brasil não apresenta, nos estudos antes mencionados, nenhuma fundamentação. Além disso, parece haver um desconhecimento generalizado acerca da história daquelas instituições.

Vejamos alguns pontos para uma comparação entre a ESAV e os *land-grant colleges*, considerando, conforme Gvirtz (2001,p.19), “[...] *que algo que resulta comparável em um momento histórico pode não resultá-lo em outro*”.

Em primeiro lugar, cabe considerar o contexto no bojo do qual tanto as escolas superiores agrícolas norte-americanas quanto a ESAV foram criadas.

No caso das primeiras, elas foram, em grande medida, resultado de movimentos que, nas décadas de 1840 e 1850, se espalharam pelo país, reivindicando o ensino agrícola, num cenário em que este tipo de ensino era

praticamente inexistente nos Estados Unidos. Na verdade, desde as primeiras décadas do século XIX, pequenos e médios fazendeiros manifestavam insatisfação com a falta de apoio para a agricultura. Eles acreditavam ser a educação uma das possíveis soluções para o problema, reivindicando, então, a criação de escolas agrícolas com ensinamentos práticos.

Quando a Lei Morrill foi editada, as terras dos fazendeiros enfrentavam um processo crescente de deterioração do solo por falta de conhecimentos sobre conservação. Não obstante a produção agrícola se expandisse, ela perdia importância para a manufatura, que, já a partir da década de 1860, conquistava a liderança entre as atividades econômicas do país. Neste contexto e impulsionado pela emergência de um sistema nacional de ferrovia, foi se formando um mercado nacional estruturado. Graças à edição do *Morrill Act*, em 1862, e à criação do *United States Department of Agriculture*, no mesmo ano, as angústias dos fazendeiros foram, em grande medida, atenuadas, tendo a área cultivada se ampliado e a agricultura experimentado o início de sua mecanização.

O contexto de criação da ESAV, num certo aspecto, foi um tanto quanto diferente. Nas primeiras décadas do século XX, também não se tinha propriamente universidades no Brasil; porém desde o final do século anterior, foram surgindo escolas superiores isoladas de formação profissional. No caso do ensino agrônômico, a primeira escola superior voltada para o mesmo foi a Escola Superior de Agronomia de Cruz das Almas na Bahia (1875), aparecendo, logo depois, a Escola Superior de Agronomia de Pelotas (1883) e várias outras em seguida. Só no estado de Minas Gerais, na década de 1920, havia três escolas superiores agrícolas – Escola Superior de Agricultura de Lavras, Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte, Escola de Agronomia e Pecuária de Passa Quatro – e, ainda, duas escolas superiores de veterinária.

O cenário, neste aspecto, era pois bem diferente daquele em que se deu o aparecimento dos *land-grant colleges*. No entanto, a situação da economia mineira, basicamente agrícola, era preocupante no início dos anos 1920. Esta situação se agravava na Zona da Mata, voltada predominantemente para a cafeicultura, particularmente na região de Viçosa, a qual, juntamente com as cidades vizinhas, era constituída por pequenas e médias propriedades dedicadas ao cultivo do café. A criação da ESAV parece ter vindo no sentido de evitar a catástrofe que se anunciava para a economia da região.

Num discurso proferido em 1929, Bernardes afirmava ter criado a Escola com o intuito

[...] de abolir o empirismo agrícola, a que tantos mineiros

consagravam suas energias, no amanho diuturno da terra como na criação e pastoreio dos seus rebanhos.” e manifestava a sua satisfação ao vê-la “despertando novos estímulos nas gerações, empenhadas, agora numa actividade racional e científica, que há de conduzi-las a maior e mais fácil prosperidade.”²

Na verdade, A ESAV não evitou a crise da cafeicultura mineira, porém não há dúvidas de que veio contribuir significativamente para a modernização da agricultura de Minas Gerais.

Neste ponto colocam-se as finalidades proclamadas quando da criação das instituições.

Se os *land-grant colleges* tinham como objetivo promover os estudos “relacionados à agricultura e às artes mecânicas” e a educação liberal e prática das classes industriais “[...] *sem excluir outros estudos científicos e clássicos* [...]”³, as finalidades da ESAV eram um tanto quanto semelhantes tanto no decreto n.6053 de 1922 que definia o local de sua construção – “*ministrar o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária*” e “*realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas*” – como no Regulamento de 1926 que previa que a Escola deveria ser um estabelecimento essencialmente agrícola tendo por finalidade adquirir e difundir conhecimentos relativos “*à economia rural*”, em todos os seus graus e modalidades, tendo em vista a educação da “*população agrícola do Estado em todos os assuntos pertencentes à vida rural e melhorar as suas condições morais, mentais e econômicas, no mais breve tempo possível*”.

No que se refere à forma de administração dos *land-grant colleges* é curiosa a semelhança entre esta e a forma de administração da ESAV.

Os *land-grant colleges* eram instituições públicas, dirigidas por *governing boards* – quadros de dirigentes compostos pelo diretor e personalidades representativas da comunidade. Inicialmente, os *governing boards* dos *land-grant colleges* mantiveram forte vinculação com o mais tradicional interesse dos fazendeiros. Mais tarde, no entanto, se enfraqueceu o poder agrário e foram ganhando importância nos *boards* juristas, banqueiros e industriais (Barrow, 1990, p.56). No final dos anos 1910 e início dos anos 1920, foram muitos os atritos entre diretores, professores e os *boards*.

Desde que foi criada até 1931, a ESAV tinha como órgão máximo a Congregação. Esta era composta pelos professores e presidida

² Discurso proferido em 29/03/1929. Ver Universidade Federal de Viçosa. *UFV 70 anos. A trajetória da Escola de Viçosa*. Viçosa: Imprensa Universitária, 1996.

³ Ver Cowley & Williams, 1990, p.121.

pelo diretor da Escola, sendo subordinada à Secretaria de Agricultura do estado. Em dezembro de 1931, no entanto, o governo de Minas Gerais aprovou um novo regulamento para a ESAV. Este dava autonomia administrativa e financeira à Escola e constituía uma Junta Administrativa, que passava a se constituir como órgão máximo de poder, a qual era diretamente subordinada ao governo do estado.

A Junta Administrativa era constituída de nove membros, com mandato de três anos, renovada anualmente em 1/3. As nomeações eram feitas pelo governo do estado, recaindo em agricultores que não exercessem posição pública ou eletiva e de preferência em representantes das diversas zonas do estado de Minas Gerais. O representante da Zona da Mata deveria residir em município diverso ao da sede do estabelecimento.

Compuseram a Junta Administrativa, inicialmente, cinco agricultores de cinco municípios de Minas Gerais: Cataguazes, Ponte Nova, Juiz de Fora, Casca e Curvelo. Deixaram de participar de sua composição em razão de não comparecerem para a posse em seus cargos os representantes dos municípios de Patos, Itajubá e Uberaba.

Todos os indícios são de que na prática as decisões relativas a qualquer mudança significativa na vida da instituição acabaram acontecendo por iniciativa do governo estadual sem que atritos tenham se deflagrado entre a Junta Administrativa e o mesmo.

Em 1931, quando a Junta Administrativa foi criada, ganhou força na ESAV a figura do Departamento. Muito embora já houvesse referências ao mesmo no regulamento de 1926, é a partir de 1931, que o Departamento passa a ser enfatizado como unidade a partir da qual são organizadas as atividades de ensino e de pesquisa na Escola.

Vejamos as similaridades entre os *land-grant colleges* e a ESAV quanto à organização destas atividades.

A noção de prática era a base da educação desenvolvida nos *land-grant colleges*, os quais tiveram inicialmente como característica central a promoção de um ensino voltado para a "*aquisição das artes e habilidades necessárias para ser fazendeiros, mecânicos, engenheiros, e professores de escolas*" (Barrow, 1990, p.92).

Mesmo assim foram muitas as dificuldades nos *land-grant colleges* quando tiveram início os seus primeiros cursos. Além do baixo nível do conhecimento científico sobre os problemas da terra, a precariedade das condições para que as aulas fossem ministradas era tanta que os professores tinham que recorrer ao máximo de criatividade para suprir as deficiências. Comentado o fato, Bowman (1962) cita o caso de Isaac Roberts que para realizar suas aulas de veterinária sobre dentição de

cavalos, desenterrava animais mortos e os virava no sentido do vento para que ele e seus estudantes pudessem suportar o odor.

À medida em que as instituições foram se consolidando, apareceu a “*filosofia do land-grant college*”. Tratava-se assim de “*ensinar aos fazendeiros mais do que como cuidar da fazenda [...]*” (Barrow, 1990, p.92).

Em alguns *land-grant colleges*, os “*cientistas agrários*” enfrentavam, como observa Barrow (1990, p.93), os interesses das pequenas empresas denunciando-as pela produção de alimentos contaminados ou adulterados em suas medidas e pesos. No entanto, quando houve o enfraquecimento do poder agrário e a abertura dos *governing boards* para a participação dos *businessmen*, estes apontaram para uma racionalização institucional dos *colleges* e para o ideal corporativo, o que gerou inúmeros atritos com o pessoal docente. Os *land-grant colleges* foram então acusados “*de não contribuir para uma divisão socialmente eficiente do trabalho ao oferecer instrução em artes liberais e humanidades [...]*” e se viram excluídos de recursos provenientes de instituições filantrópicas de suporte ao ensino superior (Barrow, 1990, p.93).

Com a vitória dos *businessmen*, os currículos dos *land-grant colleges* passaram a comportar somente aquelas disciplinas estritamente voltadas para a formação de homens para a agricultura e a educação para as artes mecânicas, definida como formação educacional ampla, cujo mais alto nível constitui os estudos para a formação de engenheiros. Além disso, havia as disciplinas para a formação de veterinários e, mais tarde, para a formação de economistas domésticas. Esta ênfase nos estudos voltados estritamente para as questões do meio rural foi, no período, tão forte que, como resultado, algumas instituições eram chamadas popularmente como “*cow colleges*”.

O ensino na ESAV, como foi mencionado no início deste trabalho, estava organizado, até 1947, em três níveis. O curso elementar, com duração de apenas um ano, era destinado à formação de agricultores e capatazes rurais, tendo um caráter basicamente prático. Esse curso atendia filhos de agricultores que não tinham oportunidade de receber uma instrução mais completa. De todo modo, os candidatos ao mesmo deveriam submeter-se a um exame de admissão na própria Escola, constando este de uma prova de caligrafia, uma prova de leitura, além de prova de escrita e aritmética. O curso médio, com duração de dois anos, era destinado à formação de técnicos agrícolas e administradores rurais, atendendo filhos de fazendeiros ou agricultores que não tinham oportunidade de frequentar o curso ginasial. Para admissão ao mesmo, o candidato deveria apresentar atestado de aprovação final em grupo escolar reconhecido oficialmente ou

submeter-se a exame de admissão na ESAV, do qual constavam provas escritas de português, de aritmética e de noções de geometria e desenho, além de prova oral sobre noções de geografia, história do Brasil e educação moral e cívica. Os cursos superiores tinham duração de quatro anos destinavam-se à formação de profissionais de agronomia e veterinária. Para admissão, o candidato deveria apresentar certificado de aprovação em estabelecimento ginásial equiparado ao Colégio Pedro II. Os cursos de especialização tinham duração de dois anos, destinando-se a formar especialistas em agronomia ou em veterinária, os quais recebiam o título de Doutor em Agronomia ou Doutor em Veterinária.

Em todos os casos, era enfatizado o caráter “*teórico-prático e não livresco*” do ensino na ESAV, não havendo nenhuma evidência de vestígios da chamada “*filosofia dos land-grant colleges*” na nossa instituição.

No que se refere ao currículo, as disciplinas também eram estritamente limitadas àquelas que parecem minimamente necessárias à formação de agrônomos e veterinários.

A ESAV teve como equivalente à educação para as artes mecânicas o Departamento de Engenharia Rural, cujas disciplinas eram Mecânica Agrícola, Topografia, Motores e Máquinas Agrícolas, Hidráulica Agrícola, Estradas de Rodagem, Construções Rurais, Desenho a Mão Livre, Geométrico, Topográfico e Arquitetura Rural.

Retomando a experiência dos *land-grant colleges*, no que se refere à pesquisa, ela foi originalmente resultado da “*pressão para construir algo para ensinar*” (Bowman, 1962, p.527).

Na verdade, até a Segunda Guerra Mundial, as pesquisas desenvolvidas se restringiam a pesquisas aplicadas desenvolvidas em estações experimentais tendo em vista a solução de problemas locais.

Quando chegou a Guerra, os *land-grant colleges* foram induzidos a cooperar em projetos bélicos, tendo alguns desenvolvido pesquisa com o uso de isótopos radioativos para avaliar reações químicas. Neste período, desenvolveram pesquisas sobre métodos de conservação de estoques de alimentos para que estes não perdessem suas propriedades nutritivas. Destacaram-se aí as pesquisas que resultaram na criação do milho híbrido e na descoberta de estreptomina.

Depois disso, colocaram-se preocupações mais amplas em termos de pesquisa, principalmente quanto a pesquisa básica.

Na ESAV, a pesquisa, exclusivamente aplicada, também esteve voltada para a busca de soluções para problemas imediatos da região da Zona da Mata mineira. Ela foi organizada inicialmente com base nos Departamentos existentes, os quais deveriam realizar “*experiências sobre*

plantas e animais, estudos e pesquisas originais com o fim de se descobrirem verdades básicas úteis a agricultura e a pecuária do Estado e se produzirem novas espécies e variedades, com valor econômico”, conforme o decreto n.7323 de 1931.

Neste contexto, foram realizadas experiências para o combate à saúva, para o combate a pragas em plantas como o feijão, o algodão, e, ainda, experiências com o álcool motor.

Em 1932, foi feita na Escola a proposta de criação de um Conselho Experimental de Agricultura. De todo modo, somente em 1938 foi criada uma Estação Experimental. Pouco antes disso, já vinham se desenvolvendo experiências para a hibridação do milho.

Assim como os *land-grant colleges*, que tinham em vista, desde a sua fundação, a produção de conhecimento que tivesse aplicação prática na vida das pessoas em geral, desde cedo, a ESAV tratou de organizar atividades extra muros que envolviam cursos de curta duração e visitas para demonstração nas fazendas vizinhas. Nos *land-grant colleges*, desde o início, a solicitação por esses serviços foi se avolumando, levando alguns professores a produzirem artigos para jornais e boletins e a freqüentarem com regularidade encontros com os fazendeiros. Logo muitos *colleges* começaram a organizar cursos fora do *campus* e a estruturar seus departamento de extensão. Desse modo, logo estabeleceu-se nos *land-grant colleges* a tripla função de ensino, pesquisa e extensão.

Na verdade, a prática extensionista iniciou-se, nos Estado Unidos, através das associações agrícolas, fundadas por fazendeiros que tinham a finalidade de discutir e buscar soluções para os problemas relativos à comercialização e ao aumento da produtividade de suas culturas e da pecuária. Nestas associações eram realizadas palestras, reuniões, feiras e concursos, visando um contato mais estreito entre os chamados *farmers*. Logo foram criados Conselhos de Agricultura, os quais, junto com as associações, promoviam conferências públicas e cursos de curta duração conjugados aos trabalhos desenvolvidos nos *land-grant colleges*. Assim, em 1914, quando o governo norte-americano editou o *Smith Lever Act*, a extensão agrícola já estava em marcha. De todo modo, sem as estações experimentais, criadas a partir de então, a história da extensão teria sido no máximo uma mera sombra do que se conheceu no século XX. (Bowman, 1962, p.537).

Vale notar que quando da inauguração da ESAV, não havia associações locais de agricultores estruturadas como aquelas dos Estados Unidos. Deste modo, o trabalho de difusão das atividades feito pela instituição teve grande repercussão, ensejando solicitações por consultas técnicas e por cursos de breve duração. Era comum a correspondência de

fazendeiros, os quais enviavam cartas à Escola, pedindo informações sobre o combate a determinadas pragas, o uso de adubos químicos e indicação de melhores espécies vegetais para determinadas regiões. Também eram comuns as cartas solicitando catálogos de exposições realizadas pela instituição e os pedidos de compra de determinados produtos.

As constantes visitas de pequenos e médios proprietários rurais à Escola para cursos de breve duração acabou dando origem, em 1929, à Semana do Fazendeiro, evento que, ao modo das *Farmer's Weeks*, criadas nos *land-grant colleges* por volta de 1914, reunia nos *campus* os agricultores e suas famílias.

A Semana do Fazendeiro se inscreveu definitivamente no calendário da ESAV, perpetuando-se pela Universidade Federal de Viçosa que a realiza anualmente. Sua finalidade original era a propaganda do trabalho agrícola da Escola, vindo o agricultor receber ensinamentos nas suas estações experimentais. A Semana do Fazendeiro é considerada um marco nas origens da extensão rural no Brasil.

Como os *colleges*, a ESAV organizou um departamento específico para coordenar todas as suas atividades de extensão – o Departamento de Educação Rural, criado em 1939.

A despeito do pioneirismo da ESAV quanto à extensão rural como prática de extensão universitária no Brasil, somente em 1948, ao transformar-se em UREMG, foi aprovado o Regimento do seu Serviço de Extensão. Junto com ele se constituía também o Serviço de Experimentação e Pesquisa. Estes, juntamente com a Escola de Especialização; a antiga Escola Superior de Agricultura; a Escola Superior de Veterinária, que era devolvida de Belo Horizonte para Viçosa, e a então recém criada Escola Superior de Economia Doméstica passavam a constituir as unidades básicas da instituição.

Assim estruturada, a UREMG contava com um “Fundo Universitário” para a garantia do seu funcionamento, o qual era constituído de apólices estaduais inalienáveis, “cujos juros rendam a importância de doze milhões de cruzeiros”, de duzentos e cinquenta mil hectares de terras devolutas, de bens até então sob jurisdição da ESAV e de doações, subvenções e legados, conforme a lei n. 272 de 1948 responsável pela criação da Universidade Rural.

Considerações Finais

O modelo do *land-grant college* foi em grande parte absorvido pela ESAV. Em nossa instituição, todavia, tal modelo não conheceu a face

mais progressista e democrática contida na chamada “*filosofia dos land-grant colleges*”, depurada daquelas instituições após a vitória dos *businessmen* sobre os fazendeiros. Desse modo, apesar das dificuldades enfrentadas, os conflitos em que esteve envolvida a ESAV foram de outra natureza. Com o afastamento do Prof. Rolfs da direção da Escola em 1929, seu sucessor, o Prof. Bello Lisboa, que passou a dirigi-la até 1936, atraiu para si a antipatia não só do próprio Rolfs, que tornou-se consultor técnico da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, à qual a Escola estava então subordinada, mas também dos estudantes, cuja insatisfação com o mesmo resultou numa greve que teria motivado a sua demissão. Cabe lembrar que foi sob a direção de Lisboa que a Escola esteve ameaçada de desativação.

A transformação da ESAV em UREMG parece concluir o ciclo de absorção do modelo. Três elementos são elucidativos: a criação do Fundo Universitário, a criação do curso superior de economia doméstica e a institucionalização do trabalho de extensão rural. No caso daquele Fundo, parecia constituir-se um patrimônio que desde a origem os *land-grant colleges* garantiram com a Lei Morrill. Sobre o curso de economia doméstica, ele foi fundamental nos *colleges*, tendo papel dos mais importantes na extensão rural. No nosso caso, a atuação das economistas domésticas na extensão rural foi decisiva para a sua consolidação. A extensão universitária no Brasil, tratando-se de extensão rural, teve seu marco com os trabalhos da ESAV, mas foi com a institucionalização do Serviço de Extensão que ela adquiriu reconhecimento nacional, tornando-se uma referência.

Vale notar que a superação da crise da ESAV se fez, em grande parte, com o apoio de entidades norte-americanas com as quais foram estabelecidos convênios de cooperação. Estes resultaram numa série de programas, que além de gestar o curso de economia doméstica, implicaram a consolidação da extensão rural de nossa instituição, a qual acabou por estas razões, entre outras, por ser escolhida, nos anos 1960, como um dos *locus* principais dos trabalhos da *United States Agency for International Development (Usaid)* na área educacional no Brasil.

Referências

BARROW, C. *Universities and the capitalist state. Corporate liberalism and the reconstruction of american higher education.* 1894-1928. Madison: The University of Wisconsin Press.1990.

BORGES, J. Marcondes *et al.* (Editores). *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Viçosa: Editora UFV, 2000.

BOWMAN, M. J. The land-grant colleges and universities in human-resource development. The *Journal of Economic History*, v.22, Dec.,1962, p.523-546.

COELHO, Eduardo. *UFV 70 Anos; a trajetória da Escola de Viçosa*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Imprensa Universitária, 1996.

COWLEY, W. H. & WILLIAMS, D. *International and historical roots of american higher education*. New York and London: Garland Publishing, 1991.

CUNHA, L. A. *A Universidade temporã*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1978.

GVIRTZ, Silvina. Alcances y limites de la investigación en la historia de la educación comparada. *História da Educação*. ASPHE.FaE/UFPel. N.10. Out.2001. Pelotas: Editora da UFPel, pp.17-29.

KERR, C. *The uses of university*. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

RIBEIRO, M.G.M; COMETTI, E. S; VITÓRIA, E.L. Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: um *land grant college* no Brasil? *Relatório de Pesquisa*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, mimeo, 2001.

RIBEIRO, M.G.M. & VALENTIM, F. A extensão universitária na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais nos marcos dos acordos internacionais. *Relatório de Pesquisa*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, mimeo.2003.

SILVA, Uíara M. *Extensão universitária: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro – UFV*. Dissertação de Mestrado. Viçosa: Departamento de Economia Rural. Universidade Federal de Viçosa, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. *A universidade de ontem e de hoje*. Organização e Introdução, Clarisse Nunes. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

Maria das Graças M. Ribeiro é Professora Adjunta da Universidade Federal de Viçosa. Socióloga e Doutora em Educação: História e Filosofia (PUC/SP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação Pública: História e Política. E-mail: mgrib@uol.com.br. Endereço para contacto: Av. P.H. Rolfs, n.265 apt. 404. Viçosa-MG - Cep.36570-000

Recebido em: 20/07/2005

Aceito em: 20/01/2006